

A descrição arquivística e a recuperação da informação: a organização do inventário analítico cine memória – as salas de cinema do espírito santo

André Malverdes¹

Resumo: Este artigo é uma apresentação da organização e elaboração do inventário analítico Cine Memória – As salas de cinema do Espírito Santo. A coleção conta com documentos iconográfico, cartográficos e audiovisuais, jornais originários dos principais meios de comunicação do estado e de coleções particulares que registram, de forma significativa, as transformações urbanas, dos costumes, as festas de inauguração, eventos oficiais, as transformações urbanas, as obras e as estruturas das salas de cinema do Espírito Santo entre 1901 e 1985. O objetivo do artigo é demonstrar a importância da descrição arquivística na organização e recuperação da informação que, planeja com metodologia arquivísticas e adotando as normas internacionais e nacionais de descrição possibilitam o acesso o controle e o acesso a informação do acervo. Além disso, o artigo apresenta um histórico da exibição cinematográfica no Espírito Santo, considerações sobre o papel da atividade da descrição arquivística na organização da informação, a importância dos arquivos pessoais, da história oral e da imprensa como fonte de informação para a recuperação do contexto arquivístico.

Palavras-chave: Salas de cinema; memória; história do Espírito Santo.

¹ Doutorando pelo Dinter em Ciência da Informação UNBxUFES, Mestre em História Social, Arquivista e Historiador. Professor Assistente do Departamento de Arquivologia da UFES.

1. A EXIBIÇÃO CINEMATOGRAFICA NO ES

Em dezembro de 1895, pela primeira vez um filme foi projetado publicamente em uma tela. Esta lendária primeira projeção, realizada pelos irmãos Lumière, aconteceu no *Grand Café*, em Paris, com cenas simples em 10 filmes de curta duração, entre elas "A Chegada de um Trem à Estação", que provocou susto e grande alvoroço no público presente. O sucesso foi imediato e, em poucos meses, todas as grandes cidades da Europa tinham filmes em exibição. Em 1896, o cinema chegou ao Brasil e as primeiras exibições ocorreram na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro.

Também em 1896, foi inaugurado em Vitória o Teatro Melpômene, no antigo Largo da Conceição, atualmente Praça Costa Pereira, no Centro. Segundo a nota do jornal *Commercio do Espirito Santo*, no ano de 1901, o teatro foi o primeiro a equipar-se com o maquinário do cinematógrafo que possuía iluminação própria, era todo em madeira, com 800 lugares e camarotes, poltronas e cadeiras para a plateia. Também, como foi prática nesse período, o teatro utilizava uma orquestra para dar o som aos filmes mudos.²

Ao lado da fotografia e outras técnicas, a emergência da arte cinematográfica surge em suas mais diversas conexões com as práticas sociais, com destaque para o cotidiano das cidades, a expansão do consumismo, os catálogos de venda, as exposições, o jornalismo, a publicidade e as transformações urbanas.

As salas acompanharam as mudanças estruturais da cidade e a expansão urbana que se seguiu com a abertura de novas áreas e a adaptação das ruas e avenidas à passagem dos automóveis pelo Centro da capital, conferindo a esses espaços os ares modernos que aqueles tempos requeriam. Depois, as salas de cinema espalharam-se pelos bairros da Grande Vitória e municípios do interior como símbolos maiores de sua

² MALVERDES, André. *No escurinho dos cinemas: a história das salas de exibição na Grande Vitória*. Vitória: 2008.

emancipação e, replicando os hábitos da capital, aumentaram grandemente o público espectador e os negócios, chegando a todas as classes sociais.

Para Inimá Simões, pesquisador do tema e autor do livro “as salas de cinema em São Paulo”³, não seria exagero afirmar que o cinema nos colocou em contato com a técnica moderna do século XX, determinando nosso ingresso na esfera da indústria cultural, a partir daí influenciando os hábitos e padrões de comportamento da população, que passa a se identificar com ídolos e estrelas. Copiando penteados ou perfis de bigode, maneiras de andar, beijar, sorrir, antecipando como se fosse um *trailer* do que ocorreria décadas depois sob o poder da televisão. No estado do Espírito Santo, a influência não foi diferente e o cinema caminhou nessa direção.

No que diz respeito à influência cultural do cinema nos meados do século XX, Sevckenko⁴ sustenta que o jeito de sentar, dirigir o carro, acender o cigarro, olhar a moça de lado, namorar ao pôr do sol, segurar um copo, comer *fast food*, se dirigir ao garçom, o vestuário, o jogo de boliche, o meio sorriso sarcástico, a mudança repentina de humor, o truque de acender o isqueiro num golpe só, tudo vinha da tela de cinema. Atitudes que passaram a ser ditadas pelos personagens protagonizados por atrizes e atores dos grandes estúdios de Hollywood.

Podemos situar a história da exibição cinematográfica no Espírito Santo em três momentos distintos. O primeiro momento, compreendido entre 1901 e 1930, período em que a exibição era dos filmes curtos, com apresentações em parques e teatros. Na época do cinema mudo era necessário o acompanhamento de orquestras e técnica do teatro para dar o som e o sentido dos movimentos dos filmes.

Num segundo momento, as salas ganharam as cidades, os bairros e o interior. Acompanhado de uma expansão urbana, a ampliação da eletricidade, os bondes elétricos e a urbanização, o cinema se torna sinônimo de modernização e desenvolvimento nos bairros e cidades que contavam com uma sala de exibição. As cidades capixabas viviam o

3 SIMÕES, Inimá Ferreira. *Salas de cinema de São Paulo*. São Paulo, PW/SecretariaMunicipal de Cultura/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

4 SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V.3

momento das grandes salas, que chegavam a 1.500 lugares disputados por todos como forma de *status* e modernidade, com enorme concorrência nas estreias de filmes oriundos das companhias cinematográficas Atlântida e Vera Cruz⁵.

Nessa época, as salas serviam a um público numeroso. E a disseminação dos cinemas pelo interior tornou-se, nesse sentido, o cinema para todos. Sendo assim, nas décadas de 1930 a 1950, a abertura de novas salas passou a ser uma espécie de símbolo da emancipação dos bairros, da mesma forma que o cinema se espalhou pelo interior, simbolizando os importantes centros regionais.

Num terceiro momento, houve uma retração do público e uma diminuição das salas. Entre 1975 e 1985 houve um significativo desmantelamento do parque exibidor nacional, uma ascensão das pornochanchadas⁶ como gênero e uma mudança da geografia das salas. Os primeiros a sentirem os impactos foram as salas do interior e dos bairros. Depois, observamos um fechamento quase que por completo das opções de entretenimento em salas de cinema na Região Metropolitana da Grande Vitória.

O período entre 1979 e 1985 foi arrasador para o parque exibidor cinematográfico brasileiro. Os cinemas projetavam sua própria crise até o definitivo apagar das luzes de sua última sala. Situação que foi impulsionada por um conjunto de fatores, mas alguns proprietários e frequentadores assíduos resistiram até o último momento ao encerramento das atividades dos cinemas de rua⁷.

Na década de 1990, as salas de cinema saem definitivamente das ruas. A queda da frequência e a nova configuração urbana, que desponta nos meados da década de 1980, provocam mudanças no circuito exibidor, que já se prenunciavam com o fechamento dos cinemas do Centro, dos bairros e do interior.

5 Companhias cinematográficas que marcaram grandes lançamentos do cinema nacional, no caso da Atlântida os filme das Chanchadas (Gênero cinematográfico que marcou a década de 50) levava multidões às salas.

6 Gênero de filmes brasileiros que foi bastante popular na década de 1970 e início da década de 1980. Eram em geral filmes de baixo orçamento que combinavam erotismo (daí o porno), humor escrachado (chanchada), palavrões e roteiros simples e popularescos.

⁷ Também denominados na literatura como “cinemas de calçada”, nome dado as salas de projeção do Centro e dos bairros que tinham suas portas voltadas para a calçada.

Quando a crise se instala, não faltam culpados: a televisão, a especulação imobiliária, o vídeo cassete, etc. Entre as vítimas estão as salas de cinema que marcaram a vida de muitos capixabas. Na ausência de registros, o perigo de os cinemas caírem no esquecimento e não mais serem lembrados nem pesquisados pelas gerações futuras, existindo apenas na memória daqueles que vivenciaram os tempos áureos dos cinemas de calçada.

Para Eric Hobsbawn⁸, a prosperidade e a privatização da vida moderna destruíram o que a pobreza e a coletividade haviam construído. Os telefones substituíram as fofocas com amigos na praça ou na feira, a televisão tornou desnecessário ir ao jogo de futebol, ao mesmo tempo em que a TV e o vídeo tornaram desnecessário ir ao cinema. O repertório produzido pela tela miniaturizada oferece ao espectador uma opção quase ilimitada de o que e quando ver.

A popularização da TV na década de 1970 trouxe enormes desafios à indústria cinematográfica. Além de “roubar” o público, o fato de a televisão ser financiada pela venda de mensagens comerciais antecipadas implica que os riscos das atividades sejam bem menores que no cinema onde a receita de novos filmes é realizada com grandes incertezas.

Procurou-se, no projeto Cine Memória, situar através das fontes os cinemas na sua relação com a história da cidade, na sua sincronização com as culturas correntes e não chegou a causar surpresa a constatação de que o slogan famoso – *O Cinema É A Maior Diversão* – refletiu fielmente o envolvimento profundo do capixaba com a “sétima arte”. Principalmente nas décadas de 1940 e de 1950, as salas de cinema eram frequentadas com uma assiduidade que poucas épocas da nossa história podem ter observado.

Esse projeto se propôs a realizar uma primeira aproximação com um tema praticamente intocado – o circuito cinematográfico local – no período que vai das primeiras exhibições em teatros e parques até o encerramento das atividades dos cinemas

⁸ HOBBSAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

de rua, nos meados da década de 1990. A falta de registro exigiu consultas à memória de antigos frequentadores e exibidores, que, invariavelmente, recuperaram o ritual cinematográfico: as multidões, as inaugurações, a elegância das estreias, o burburinho da plateia e, afinal, o apagar das luzes.

Suspenses, comédias, aventuras, dramas, ficção, musicais, chanchadas, desenhos, romances, faroestes, pipocas, alegrias e momentos únicos nos escurinhos dos cinemas, que fazem parte de nossas memórias e história, estão registrados em imagens e nos mais diversos documentos deste inventário.

Através deste acervo e sua organização pretendemos dar continuidade ao levantamento das salas que ainda não foram contempladas; prover aos interessados pelo tema, fontes de pesquisa; e gerar os mais diversos produtos culturais para que a população que viveu essa época, e mesmo para a que não a vivenciou, uma oportunidade de conhecer a transformação da cidade. Enfim, permitir um passeio pelas salas de cinema do Espírito Santo, que embalaram sonhos e fantasias a diversas gerações.

2. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA

A Arquivologia no Brasil caminha para uma consolidação epistemológica na construção da área enquanto ciência. Para isso acontecer o estudo das atividades desenvolvidas nos arquivos é fundamental nesse processo. A descrição arquivística tem sido apresentada na literatura de forma redutora em relação a sua verdadeira função no fazer arquivístico. Oliveira⁹ destaca que isso acontece porque sua pertinência é tratada como atividade peculiar do arquivo permanente ou porque é identificada como cumprimento de elaboração de instrumentos de pesquisa.

⁹ OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e Pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

A descrição arquivística é o processo em que o arquivista cria representações de um determinado acervo, explicitando o contexto e o conteúdo do mesmo. A Norma Brasileira de Descrição Arquivística¹⁰ define a descrição da seguinte maneira:

Criação de uma representação precisa de uma unidade de descrição e de suas partes componentes, quaisquer que sejam, pela apreensão, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar materiais arquivísticos e o contexto e sistemas de documentos que os produziram. Este termo também descreve os produtos desse processo.

Concordamos com Duranti que lembra que “o termo descrição arquivística significa literalmente escrever sobre o material de arquivo e abarca as ideias de representação, identificação e organização”¹¹ Entendemos também que entre as principais finalidades da descrição tradicionalmente apontada na literatura arquivística estão o controle e o acesso.

Bellotto¹² ao fazer considerações sobre a descrição ressalta que é uma tarefa típica dos arquivos permanente, não cabendo fazê-lo no arquivo corrente, tão pouco faz sentido no âmbito dos arquivos intermediários, onde a frequência de utilização secundária é quase nula. Todavia, essa visão coloca os arquivos secundários como objetos menores e sem maior significado, separados do problema informacional. Nesse contexto a arquivística integrada quebequense tem contribuído para a mudança desta “imagem” dos arquivos públicos e privados, aproveitando o que há de melhor da arquivística tradicional e do *Records Management*.

A dimensão fundamental do problema que uma abordagem diversificada suscita reside nas visões da arquivística que são proposta. A arquivística pode ser abordada de três maneiras: uma maneira unicamente administrativa (*records management*) cuja

¹⁰ Brasil. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

¹¹ DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept for archival description. *Archivaria*, n.35. p.47. Spring 1993. [Tradução do autor]

¹² BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 1ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

principal preocupação é ter em conta o valor primário do documento; uma maneira tradicional que põe a tônica exclusivamente no valor secundário do documento; uma maneira tradicional que põe a tônica exclusivamente no valor secundário do documento; ou, por último, uma maneira nova, integrada e englobante que tem como objetivo ocupar-se simultaneamente do valor primário e do valor secundário do documento.¹³

Nós optamos pela escola quebequense entendo que essa terceira via é que permite assegurar a unidade e a continuidade de intervenções no âmbito de uma política de arquivos, Essa gestão global implica a atingir três objetivos essenciais, a saber:

- Garantir a unidade das intervenções do arquivista nos documentos de um organismo e permitir uma aplicabilidade do princípio das três idades e nas noções de valor primário e secundário.
- Permitir a articulação e a estruturação de atividades arquivísticas numa política de arquivos.
- Integrar o valor primário e secundário numa definição ampla de arquivo.

Segundo Oliveira¹⁴, a descrição arquivística é uma representação formulada pelo arquivista, sendo que suas formulações envolvem processos e métodos de pesquisa complexos e particulares que convergem para a compreensão de um arquivo como um todo, sendo que para isso é necessário a reconstrução do contexto arquivístico.

Ainda segunda a autora, é o contexto que explicita a estrutura do arquivo, as funções exercidas pelo produtor e as atividades desenvolvidas pelo mesmo, assim como os

¹³ ROUSSEAU, Jean-Yves & COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina Arquivística*. Lisboa, Dom Quixote, 1998. P.70

¹⁴ OLIVEIRA, op.cit., p.44.

processos ocorridos no decorrer do desenvolvimento dessas atividades que se refletem nos atos, nas ações e na própria produção documental.

No que tange o processo de padronização da descrição arquivística, o Grupo de Trabalho em Padronização da Descrição Arquivística da SAA (Society of America Archivist), dividiu os padrões em três níveis: o primeiro padrões técnicos, mais rígidos e que levam a produção de resultados idênticos; o segundo denominado convenções, mais flexíveis, acomodando algumas variações em suas aplicações; e o terceiro orientações, que fornecem um conjunto amplo de critérios para orientar uma prática. Os padrões em arquivística são apenas dos dois últimos tipos, não havendo definições que se apliquem sem adaptação a qualquer arquivo.¹⁵

No Brasil, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), criou a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), que é baseada na Norma Internacional de Descrição Arquivística (ISAD-G) e na Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias (ISAAR-CPF), adaptada para a realidade brasileira. Para Lopez a importância de um instrumental como a ISAD (G) para a comunidade arquivística é mais evidente quando pensamos nas possibilidades abertas pelo avanço da informática em nível mundial.

Para que a troca eletrônica de informações entre os acervos seja satisfatória é necessário que, cada vez mais, os arquivistas comecem a falar a mesma língua. Nesse sentido, é fundamental o estabelecimento de diretrizes básicas para todas as atividades relacionadas à organização arquivística, inclusive a descrição. A normalização da descrição arquivística também facilita o acesso às informações do acervo por parte dos mais diversos consulentes. Assim, um pesquisador especializado pode localizar com facilidade a informação que deseja em diversos arquivos. A normalização contribui não apenas para o intercâmbio entre diferentes instituições, como também facilita o acesso e a consulta em geral.¹⁶

¹⁵ SCHELLENBERG, T. R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963.

¹⁶ LOPEZ, André Porto Ancona. *Como Descrever Documentos de Arquivo: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.

A atividade de descrição arquivística realizada pelo arquivista tem como resultado os instrumentos de pesquisa, possibilitando a mediação entre o usuário e a informação, o controle e o acesso. Bellotto¹⁷ destaca que como os depósitos de arquivos, não são, e nem devem, de livre acesso, seu potencial de informação só chega ao usuário via instrumento de pesquisa. “A massa de informações contidas em um arquivo só tem utilidade quando instrumentos de pesquisa que permitam o acesso a ela são difundidos entre usuários”.

A partir dessas dessas considerações que o trabalho de elaboração do Inventário Analítico Cine Memória – As Salas de Cinema do Espírito Santo foi desenvolvido. Organizamos o seu acervo e elaboramos o inventário analítico a partir de pesquisa, utilização da imprensa como fonte de pesquisa, arquivos pessoais e a história oral. Optamos pela utilização da NOBRADE visando garantir consistência a informação disponibilizada, a racionalização do processo, potencializar as trocas de informações e garantir a permanência das informações contra a obsolescência tecnológica.

3. A COLEÇÃO CINE MEMÓRIA E O PROJETO DE DESCRIÇÃO

O início do projeto de pesquisa, que resultou na publicação *Inventário Analítico Cine Memória – as salas de cinema do Espírito Santo*, data de 2000. Esse foi o momento em que ingressei no curso de Pós Graduação *Lato Sensu*, do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo. Na ocasião, o tema salas de cinema no Espírito Santo apresentava pouco material disponível nos arquivos públicos e praticamente nenhuma pesquisa a respeito.

Atualmente, **Cine Memória - A história das Salas de Cinema do Espírito Santo** é um projeto de pesquisa do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo. Ao longo dos treze anos de pesquisa foi possível reunir um significativo acervo, que conta com fotografias, jornais, revistas, plantas e entrevistas, que, através do inventário analítico, será disponibilizado aos centros de informações, arquivos e

¹⁷ BELLOTTO, op.cit., p.179.

bibliotecas. Destacamos que essa coleção do projeto não possui nenhum documento físico, todos são digitalizados e devolvidos aos seus acervos públicos e privados, de origem.

Junto com o grupo de pesquisa, o projeto pleiteou um apoio financeiro para o Fundo de Cultura do Estado do Espírito Santo (FUNCULTURA), através do edital destinado à seleção de projetos culturais para inventário de acervos no estado, tendo sido contemplado no ano de 2012. A proposta, então, era a de organizar um inventário analítico do acervo digital da coleção Cine Memória, indicando a origem do acervo do documento original para os consulentes.

A organização e o levantamento do acervo foi um desafio, uma vez que envolveu a documentação dispersa e, na maioria das vezes, em arquivos pessoais e familiares, que demandaram constantes visitas e busca por parte de seus detentores. Todo o acervo foi mantido ao longo desses treze anos como um conjunto documental que resultou em vários produtos, como exposições, livros, vídeos e artigos científicos. Buscou-se mantê-lo de forma digital (tendo em vista que os originais permanecem sob a custódia de seus proprietários originais), fazendo com que pudesse ser conservado como uma coleção única dentro da temática proposta.

Não é qualquer agrupamento ou conjunto de fotografias que se pode considerar uma coleção de fotografias. A noção de coleção pressupõe um intuito, que lhe confere uma unidade, um significado próprio, difícil de encontrar num aglomerado de fotografias. Cada elemento que integra uma coleção faz parte de um todo, ganha sentido individual e coletivo, precisamente, através do conjunto. É a essa noção de um *todo orgânico* que podemos chamar de coleção. Em última análise, uma coleção tem mais valor e detém mais informações do que a soma de cada uma das partes individualmente¹⁸.

Esta coleção é resultante de levantamento em arquivos públicos e privados referentes aos “cinemas de calçada” que funcionaram no Espírito Santo ao longo do

¹⁸ PAVÃO, Luis. *Conservação de Coleções de Fotografia*. Lisboa: Dinalivro, 1997.

século XX. Para isso, a descrição foi organizada tendo como base NOBRADE e com o apoio técnico do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), que irá receber a custódia desse material para consultas e futuras aquisições.

Os documentos do acervo baseiam-se em:

Documentos iconográfico, cartográficos e audiovisuais que registram, de forma significativa, as transformações urbanas, dos costumes, as festas de inauguração, eventos oficiais, as obras e as estruturas das salas de cinema. Fotografias, cartazes, plantas, entrevistas, jornais originários dos principais meios de comunicação do estado e de coleções particulares. Parte significativa do acervo fotográfico é de ex-proprietários e de seus familiares e parte deles pode ser consultada no endereço eletrônico www.salasdecinemadoes.blogspot.com.br.

Ao longo de sua pesquisa, o projeto Cine Memória recebeu a doação de vários conjuntos documentais particulares, doados por frequentadores, proprietários e seus sucessores das salas de cinema que marcaram a história da exibição no estado. Destacamos as coleções das famílias Abaurre, Rocha, Careta e Gama, pelo número expressivo de imagens. Salientamos os acervos dos frequentadores, que permitiram peças únicas de cinemas que até então não haviam sido contemplados.

Os documentos foram divididos em seção e série, sendo que a seção foi utilizada para os municípios onde se localizavam os cinemas, adotando para isso o código utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. As séries ficaram distribuídas conforme o cinema, aproveitando as primeiras três letras do nome do cinema.

A codificação elaborada seguiu a metodologia de organização adotada pelo APEES. Cada documento recebeu um código de classificação da seguinte forma:

BR ES APEES CINE.01.REN.203

BR ES APEES CINE – em que **BR**, corresponde ao país de origem (Brasil); **ES APEES** à instituição custodiadora do Acervo: (APEES); e **CINE** à coleção Cine Memória – A História das Salas de Cinema do Espírito Santo. Prosseguindo, o número **01** é o código do

município de Afonso Cláudio; **REN** é abreviatura do Cine Renascença; e o número **203** é a ordem da imagem dentro do arranjo do acervo.

Os documentos que compõem o inventário da coleção Cine Memória estão divididos em três partes:

1 - Acervo: Iconográfico

O acervo iconográfico é composto por fotografias, plantas e outras imagens diretamente relacionadas às salas de cinema do Espírito Santo. Este Acervo: está subdividido em séries, que receberam os nomes dos cinemas, dentro das respectivas seções, que são os municípios. É composto por um total de 282 imagens, na sua maioria composta por fotografias.

2 - Acervo: Textual

O Acervo: textual é composto pela série imprensa, com a reunião de reportagens, anúncios, cartazes, programações, entre outras publicações com menção às salas de cinema oriundas de jornais e revistas locais. Este Acervo: não possui seção, compreendendo uma única série: **Imprensa**. É composto por um total de 436 arquivos na sua maioria composta por *clippings* das atividades de exibição cinematográfica no estado.

3 - Acervo: Audiovisual

O Acervo: Audiovisual é composto por gravações de entrevistas, de ex-frequentes, ex-proprietários, entre outros, cedidas para o projeto Cine Memória. Compreende arquivos sonoros e vídeos. Este Acervo: não possui seção, compreendendo uma única série: **Entrevista**. É composto por um total de oito entrevistas com ex-proprietários e ex-frequentes dos cinemas de calçada.

Após a codificação, é descrito o documento, o local, a data, o suporte e o nome da fonte e do acervo onde se encontra o original. Um inventário analítico é o produto final de organização do arquivo. Ele é composto da descrição dos documentos de um fundo ou de uma coleção e no final do inventário são apresentados índices por assunto e onomásticos, remetendo aos diferentes gêneros documentais. Optou-se por inserir no

índice de assunto as entradas referentes aos nomes dos cinemas, tendo em vista a importância da existência de um índice que remeta aos pesquisadores no que diz respeito as mais diversas salas que funcionaram em nosso estado.

Ressaltamos, mais uma vez, que o desenvolvimento desse projeto e a publicação do presente inventário somente foram possíveis graças a recursos financeiros disponibilizados pelo FUNCULTURA, através do Edital 22/2010 – Seleção de projetos culturais e concessão de apoio financeiro para inventário, conservação e reprodução de acervos no estado do Espírito Santo. Esperamos que essa experiência se repita nas políticas públicas municipais destinadas à cultura e resulte em mais trabalhos como este. Além disso, acreditamos que instrumentos de pesquisa vão propiciar mais pesquisas e produtos culturais (livros, exposições, pesquisa, etc.) no que diz respeito à história e cultura capixaba.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto “Cine Memória: A história das Salas de Cinema do Espírito Santo” atualmente está registrado junto à Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFES pelo Departamento de Arquivologia do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. Conta com três alunos de iniciação científica e um monitor. Ao longo dos sete anos de pesquisa foi possível reunir um acervo que agora conta com um instrumentos de pesquisa e está disponibilizado aos centros de informações, arquivos e bibliotecas. Lembrando mais uma vez que essa coleção do projeto não possui nenhum documento original, todos são digitalizados e devolvidos aos seus acervos pessoais, privados e públicos de origem.

Além disso, conta com uma publicação, o livro *No escurinho dos cinemas: A história das salas de exibição na Grande Vitória*, editado pela lei de incentivo a cultura do município da Serra, a Lei Chico Prego. Já foi realizada uma exposição histórica pela lei de incentivo a cultura do município de Vitória, a Lei Rubem Braga e atualmente foi contemplada para uma segunda edição da exposição pelo Fundo de Incentivo a Cultura (FUNCULTURA), da Secretaria Estadual de Cultura do Governo do Estado do ES.

Essas ações são de vital importância para identificarmos novas fontes, depoentes e possíveis anacronismos no identificar das fotografias e documentos. Durante as apresentações, exposições e circulação dos produtos culturais foi possível conhecer novos personagens dessa história que continuam contribuindo com o acervo, seja com documentos textuais ou com narrativas sobre a história das salas de cinema no Espírito Santo.

Os elementos aqui apresentados sobre essa experiência vêm com a intenção de proporcionarmos o interesse pelo levantamento das salas de cinema e do parque cinematográfico de exibição local nos mais diversos contextos. Na maioria do caso as transformações urbanas proporcionaram o fim das atividades dos “cinemas de calçadas” e o material sobre essa história encontra-se disperso e sem o devido tratamento técnico para a utilização em pesquisa e produtos culturais. O quanto antes essas informações forem resgatadas e utilizadas menores serão o risco delas serem uma herança de uma sociedade do esquecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 1ª ed. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.
- BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. *NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.
- DURANTI, Luciana. Origin and development of the concept for archival description. *Archivaria*, n.35. p.47. Spring 1993.
- HOBBSAWN, Eric J. *Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOPEZ, André Porto Ancona. *Como Descrever Documentos de Arquivo: Elaboração de Instrumentos de Pesquisa*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002.
- MALVERDES, André. *No escurinho dos cinemas: A história das salas de exibição na Grande Vitória*. Vitória: 2008.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *Descrição e Pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais*. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.

PAVÃO, Luis. *Conservação de Coleções de Fotografia*. Lisboa: Dinalivro, 1997.

ROUSSEAU, Jean-Yves & COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina Arquivística*. Lisboa, Dom Quixote, 1998.

SEVCENKO, Nicolau. *História da Vida Privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. V.3

SHELLENBERG, T. R. *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1963.

SIMÕES, Inimá Ferreira. *Salas de cinema de São Paulo*. São Paulo, PW/SecretariaMunicipal de Cultura/Secretaria de Estado da Cultura, 1990.